



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

15 de maio de 2019

MPMA



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

**COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO**

VEÍCULO					
JORNAL PEQUENO					
EDITORIA					
Atos, Fatos e Baratos					
DATA	15 / 05 / 2019	PAG	2	Gerada	Positiva

Desce

A ex-prefeita de São João do Sóter/MA, Luiza Moura da Silva Rocha, é alvo de três Ações Cíveis Públicas por atos de improbidade administrativa. As ações foram baseadas em inquéritos civis que investigavam fraudes na execução de convênios entre Associações de Produtores Agrícolas e Rurais do município e a Secretaria Estadual do Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar (Sedes).



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
JORNAL PEQUENO					
EDITORIA					
Estado					
DATA	15 / 05 / 2019	PAG	6	Gerada	Postiva

São João do Sóter Irregularidades na execução de convênios motiva ações por improbidade contra ex-prefeita

O Ministério Público do Maranhão, por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Caxias, ajuizou, em 6 e 7 de maio, três Ações Cíveis Públicas por atos de improbidade administrativa contra a ex-prefeita de São João do Sóter, Luiza Moura da Silva Rocha, e mais oito pessoas, além de duas empresas. As ações foram baseadas em três inquéritos civis que investigavam fraudes na execução de convênios entre Associações de Produtores Agrícolas e Rurais do município e a Secretaria Estadual do Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar (Sedes). Nos três convênios que motivaram as ACPs, o objetivo seria a melhoria e recuperação de trechos de estradas vicinais ligando os povoados às sedes dos municípios. A data de assinatura dos acordos também é a mesma: 3 de setembro de 2012. As três ações foram formuladas pelo titular da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caxias, Francisco de Assis da Silva Júnior. São João do Sóter é termo judiciário da Comarca de Caxias.

CONVÊNIOS

Firmado entre a Associação dos Produtores Agrícolas Vila Planalto e a Sedes, o convênio 48/2012 envolveu o montante de R\$ 303.221,75 e teria como finalidade a recuperação de 22,4km de um trecho de estrada vicinal. Pelo acordo, a Secretaria Estadual repassaria o valor de R\$ 288.060,66, enquanto a Associação ofereceria R\$ 15.161,09. Além da ex-prefeita Luiza Rocha, o MPMA processa, na primeira ACP, os representantes da Associação dos Produtores Agrícolas Vila Planalto, Leivinha Nogueira de Sousa e Maximino Francisco da Silva; a proprietária da empresa G Costa Carvalho, Guiomar Costa Carvalho Santos; e o representante da MLP Construções e Empreendimentos, Gilbran Karlil Costa Silva. Segundo consta nos autos, enquanto Leivinha de Sousa foi o responsável pela assinatura do convênio, Maximino da Silva foi quem realizou todos os demais atos relativos à execução do objeto, como abertura de processo licitatório e pagamento das

empresas.

O convênio 49/2012, entre a Associação dos Moradores e Produtores Rurais do Povoado Palmeirinha e a Sedes teve o valor total de R\$ 542.329,54. Em tese, o acordo promoveria o melhoramento de 35,8km de caminho de acesso que beneficiaria 320 famílias em São João do Sóter. Na segunda ACP são processados; além da ex-gestora municipal, o representante da Associação, Maurivan da Silva Lima; e o representante da Caxias Construções e Empreendimentos Ltda, Carlos Roberto Scudeller Júnior. Na terceira ACP, relativa ao convênio 50/2012, a ex-prefeita Luiza Moura da Silva Rocha também é demandada, assim como seu marido e ex-secretário de municipal de Infraestrutura, Clodomir Costa Rocha; o representante da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Povoado Cabeceira 2, Marcio José da Silva Correia; e o representante da MLP Construções e Empreendimentos, Gilbran Karlil Costa Silva.

No convênio, de valor total R\$ 223.884,99, a Sedes repassaria R\$ 212.690,74 enquanto a Associação o montante de R\$ 11.294,25. O objetivo do acordo seria a recuperação de estrada vicinal num trecho de 13,28km.

IRREGULARIDADES

Em relação ao primeiro convênio, 48/2012, o Ministério Público observou a existência de dois processos licitatórios para o mesmo objeto, sem que haja em qualquer deles informação sobre anulação de um ou outro. Além disso, a data de formalização dos procedimentos licitatórios é muito próxima, o que constitui indícios de que tais atos foram apenas para dar aparência de regularidade ao que não tinha.

Em relação ao convênio 49/2012, embora sem demonstração do cumprimento das obras e uso efetivos dos recursos, o presidente da Associação, Maurivan Lima, assinou relatório em que atesta 100% de sua realização. Observa-se que a "prestação de contas apresentada foi apenas uma formalização fraudulenta", coloca o promotor Francisco de Assis.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
O ESTADO DO MARANHÃO					
EDITORIA					
Alternativo Oton Lima					
DATA	15 / 05 / 2019	PAG	5	Gerada	Positiva

É preciso tratar do assunto!

Uma das pautas da hora para o Ministério Público - MA é a criação de um plano estadual de prevenção do suicídio. Em fórum realizado nessa segunda, 13, foram apresentados dados estatísticos relacionados a suicídios e automutilação em escolas maranhenses e, isto posto, discutidas ações de diligência. Ao todo, 17 instituições estão envolvidas na elaboração do projeto. O trabalho a princípio está focado nas escolas públicas. Toda atenção é bem-vinda.

NOTÍCIAS DIVERSAS



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

O ESTADO DO MARANHÃO

EDITORIA

Política

DATA

15 / 05 / 2019

PAG

3

AL autoriza empréstimo em 2º turno e oposição vê calote nos precatórios

Deputado Adriano Sarney acredita que a Assembleia Legislativa deu "carta de seguro" ao governo para não pagar parcelas mensais referentes a precatórios

GILBERTO LÉDA
Da editoria de Política

O deputado estadual Adriano Sarney (PV) teve duras críticas, ontem, à aprovação, em segundo turno, do projeto de lei de autoria do Poder Executivo que autoriza a contratação de empréstimo de R\$ 623 milhões para o pagamento de precatórios.

Segundo o parlamentar, na prática, os deputados da base aliada podem ter dado ao governo uma "carta de seguro" para a protelação do pagamento de parcelas desse débitos.

Adriano explicou que, em 2017, o Estado do Maranhão, por meio do Processo Administrativo TJ/MA nº 2811/2017, aderiu ao regime especial para pagamento de precatórios. Com isso, assumiu o compromisso de repassar parcelas de 1/12, mensais, para quitar esses débitos já assegurados pelo TJ.

Mas, acrescenta o parlamentar, com a autorização para tomar o empréstimo aprovada, o governo pode esperar a liberação de uma linha de crédito até voltar a realizar os pagamentos.

"O governo é obrigado, hoje, a pagar uma parcela mensal de precatórios. Ele é obrigado a isso. Se nós aprovarmos isso [empréstimo], hoje, que vai ser aprovado, nós estamos dando uma carta de seguro para que ele não pague mais esse mensal, essa prestação, porque ele vai dizer que está aguardando essa linha de crédito ser efetivada, ser criada pelo Go-



Adriano Sarney: governo deixará de cumprir acordo judicial para pagamento mensal de parcelas de precatórios

verno Federal", destacou.

Sem crédito

A inexistência de uma linha de crédito específica para o fim a que se destina a autorização solicitada pelo Governo do Maranhão já havia sido apontada na semana passada pelo deputado César Pires (PV).

Após a aprovação da matéria em primeiro turno e, com base em documentos oficiais e decisões judiciais, ele demonstrou que não há linha de crédito nas instituições bancárias com essa finalidade, o que impedirá o Estado de quitar suas dívidas com os credores.

Pires lembrou que o governo, classificado como mau pagador no sistema financeiro, já não tem acesso a crédito internacional. E também não poderá contratar

MAIS

Emenda rejeitada

Durante a apreciação do projeto, ainda na Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia, a maioria governista rejeitou uma emenda do deputado Adriano Sarney em que se propunha a inclusão de bancos particulares entre as opções para a contratação de empréstimo.

empréstimo para pagar os precatórios que está devendo por ainda não existir linha de crédito com essa finalidade.

"Não questiono a legalidade, mas a imoralidade desse projeto. O governo tanto é consciente que não pode fazer esse empréstimo que já entrou com ação na Justiça, alegando as dificuldades em relação a essa operação. A própria Advocacia-Geral da União afirma que a Emenda Constitucional 99, que autoriza empréstimo para pagar precatórios, ainda não está regulamentada. Em resumo: o governo não pode fazer esse empréstimo", esclareceu.

O parlamentar informou também que, no trâmite do recurso judicial impetrado pelo Estado, a AGU manifestou que não há regulamentação da Emenda Constitucional para viabilizar a abertura de linha de crédito pleiteada pelo governo do Maranhão. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

O ESTADO DO MARANHÃO

EDITORIA

Cidades

DATA

15 / 05 / 2019

PAG

1

Mudanças no trânsito causam prejuízos ao comércio do Centro

Paradas de ônibus retiradas do Complexo Deodoro dificultam a locomoção da população na região e interfere no comércio, sobretudo na Rua Grande; déficit no faturamento e demissões têm sido registrados no comércio lojista

As alterações de trânsito da região do centro de São Luís, que ocasionaram a mudança dos pontos de ônibus da Praça Deodoro e Rua do Passeio para as ruas Rio Branco e do Outeiro, estão gerando insatisfação de consumidores e lojistas da Rua Grande e entorno. Como consequência, o comércio local tem registrado queda nas vendas, refletindo, inclusive, no aumento do desemprego na região. A população relata, além do distanciamento do comércio lojista, a falta de estrutura nas paradas, que seriam provisórias. A Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL) tem promovido reuniões com representantes da gestão municipal para combater o déficit da categoria.

As obras de requalificação do Complexo Deodoro exigiram diversas intervenções no entorno das praças e alamedas reformadas, entre elas a mudança dos pontos de ônibus das praças para a Rua Rio Branco, uma das maiores reclamações da população e lojistas que, desde então, têm verificado baixa nas vendas. Para o empresário Flávio Nascimento, a situação gera uma concorrência desleal em relação a outras áreas comerciais da cidade e shopping centers. "Para vir até a Rua Grande, o cliente que depende do transporte público tem de andar mais, ficar exposto ao sol, chuva, enquanto em outras áreas o ônibus passa na porta", lamentou. "Não tem como competir".

O empresário, que atua no setor de vestuário, registrou redução de 35% nas vendas, desde as mudanças no trânsito da região, que resultou em demissões de funcionários. "Antigamente, tínhamos cerca de 40 funcionários e hoje em



Fotos/Dinê Moran

dia não chega nem à metade", esclareceu o lojista. A situação não é exclusiva do empresário. Na Rua do Passeio, lojas fechadas e pontos comerciais com anúncio de aluguel estão se tornando cada vez mais comuns. Alguns locatários lamentam, inclusive, a desvalorização do setor, que já registra queda de mais de 60% nos preços. "Ponto que era alugado por R\$ 15 mil, hoje a gente tenta alugar até por R\$ 5 mil", afirmou um empresário, que não quis se identificar.

Para a população

Quem conta com o transporte público para se locomover também discorda das mudanças das paradas de ônibus. Sem estrutura e abrigos apropriados, os usuários do serviço não têm como se proteger do sol e da chuva, além de estarem sujeitos a furtos e assaltos, devido à aglomeração de pessoas, seja na extensão da Rua Rio Branco ou do Outeiro, para onde foram realocadas as paradas que antes ficavam na Praça

Deodoro e Rua do Passeio, respectivamente.

"A gente espera que as coisas melhorem, mas só vem problema. A praça ficou linda, mas a gente está sendo prejudicado com isso. Quem mora na região do Centro sempre vai à Rua Grande resolver coisas, fazer compras ou pagar contas. Mas, com essas paradas tão longe, a gente até repensa. Como se não bastasse, não tem um abrigo. A gente pega chuva, sol e ainda é assaltado, porque fica um amontoado de gente, um empurra-empurra, por causa do aperto. É difícil", relatou a doméstica Maria do Socorro Lima.

Para o comércio informal

Bancas do comércio ambulante que ocupavam toda a área da Deodoro também foram retiradas e realocadas na via em frente e na lateral do Colégio Liceu Maranhense, onde deveriam ficar temporariamente. Mais de um ano após a saída do complexo, vendedores ambulantes ainda não sa-

ber quais providências serão tomadas em relação à categoria. Segundo eles, nenhuma assistência foi prestada desde então, o que tem sido motivo de queixas.

"Desde que viemos para cá, tem sido um dia pior que o outro. Os primeiros dois meses, então, foram os mais difíceis. Algumas pessoas aqui quase passaram fome em casa. Eu mesma só não passei porque recebi ajuda de parentes. Outros precisaram tirar filho da escola, porque não tinham condição de pagar passagem de ônibus. E não é por falta de mercadoria. É por falta de venda, mesmo. Somos gente, temos família, precisamos saber para onde iremos", reivindicou Marra Pereira, que há cerca de 30 anos trabalha no comércio ambulante.

Para o CDL

Segundo a CDL de São Luís, desde a implementação das mudanças a entidade tem dialogado tanto com a Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT),

em relação às alterações das paradas de ônibus, quanto com a Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação (Semurh), sobre a situação dos comerciantes informais retirados do Complexo Deodoro, mas nenhuma medida efetiva foi tomada.

"Nós compreendemos que algumas mudanças são necessárias devido à reforma do Complexo Deodoro, mas também é preciso levar em consideração as reivindicações dos lojistas e, para isso, temos realizados reuniões com a SMTT e Semurh. Apresentamos nossas queixas e sugestões, mas, infelizmente, não está havendo o retorno deles", afirmou Fábio Ribeiro, presidente da CDL.

Ainda de acordo com Ribeiro, uma proposta foi apresentada ao titular da SMTT, secretário Canindé Barros, em uma tentativa de atender às queixas dos lojistas e garantir a manutenção dos espaços revitalizados, uma vez que a justificativa para a retirada das paradas seria os riscos que

ofereceria à nova estrutura da praça, mas o órgão não manifestou interesse em relação à proposta.

"Em um dos encontros com o secretário Canindé Barros, apresentamos uma possível solução para desafogar as paradas da Rua Rio Branco, porque hoje existem oito paradas nesta via que prejudicam, inclusive, a fluidez do trânsito na via. A proposta sugeria que três paradas fossem realocadas na Avenida Silva Maia e que o fluxo de ônibus retornasse para a Avenida Gomes de Castro com paradas na Rua do Passeio, de forma que o patrimônio não fosse prejudicado e agradasse aos lojistas e preservasse as estruturas, mas nem o secretário nem representantes do órgão se manifestaram", esclareceu.

Para questionar sobre a situação relatada na reportagem, O Estado manteve contato com a Prefeitura de São Luís, mas até o fechamento desta edição não obteve retorno. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

**COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO**

VEÍCULO					
JORNAL PEQUENO					
EDITORIA					
Política					
DATA	15 / 05 / 2019	PAG	3		

Miudinhas

- O juiz Rauf José Duarte Goulart Júnior, da 1ª Vara Criminal de São Luís, determinou o arquivamento de um pedido de reabertura do “Caso Décio”, formulado pelo ex-deputado estadual Raimundo Cutrim (PCdoB).
- Em sua representação, o ex-parlamentar apresentou uma gravação cujo conteúdo seria uma conversa entre um dos acusados de encomendar o crime, José Miranda Alencar, e um policial identificado como Laércio, apontando para outros mandantes.
- Décio Sá foi assassinado a tiros em 23 de abril de 2012. O crime completou sete anos há poucas semanas.
- Ao arquivar o pedido de Cutrim, o magistrado atendeu a pedido do Ministério Público do Maranhão, que, embasado em laudo policial, entendeu não haver provas suficientes para que as investigações fossem retomadas.
- “De todas as diligências realizadas, nada de relevante foi apurado, de forma a corroborar as informações trazidas na suposta prova de fato novo a ensejar a reabertura do inquérito”, despachou o juiz.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

O ESTADO DO MARANHÃO

EDITORIA

Cidades

DATA

15 / 05 / 2019

PAG

1

Furtos nos Terminais de Integração estão de volta

Nesta semana, passageiros denunciaram a O Estado a ação dos bandidos nos terminais; o medo prevalece, pois esse tipo de roubo é quase inevitável

A vida dos estudantes e trabalhadores que enfrentam, todos os dias, as dificuldades do transporte público de São Luís tem se tornado ainda mais complicada e arriscada com os constantes furtos que estão sendo registrados dentro dos Terminais de Integração espalhados pela cidade.

A ação dos criminosos ocorre, sobretudo, no momento em que os passageiros vão entrar nos coletivos. Em meio ao tumulto diário nas plataformas dos terminais, a ação é quase imperceptível aos olhos dos passageiros.

"Furtaram meu celular quando eu estava no Terminal da Cohama, e eu só percebi depois que entrei no ônibus e vi a minha mochila aberta. É muito frustrante", diz Camila Maia, estudante do curso de Fisioterapia. Segundo a jovem, não importa o local em que você guarde seu celular ou demais objetos de valor, esse tipo de ação é quase inevitável.

"Se colocarmos no bolso, nos peitos, dentro da bolsa ou mochila, eles furtam. Não temos opção a não ser um esquema maior de segurança

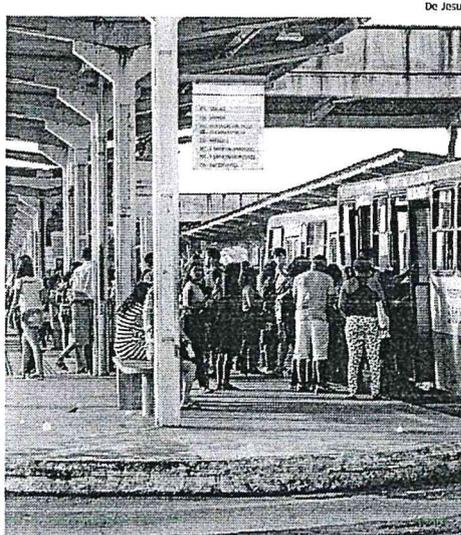
dentro dos terminais", desabafa a estudante.

Terminal da Praia Grande

Outra estudante denunciou um esquema que está sendo bastante aplicado dentro dos terminais da capital, sobretudo no Terminal da Praia Grande. O grupo que furta os celulares e demais objetos de valor dos passageiros passa o material para outras pessoas, que ficam dentro do local apenas para guardá-lo.

"Eu fui furtada nesta semana e vi o homem que fez isso. Quando denunciei para os vigilantes, eles falaram que não podiam abordá-lo, porque ele já deveria ter entregue o meu celular para outra pessoa, e isso poderia gerar problema", explica a estudante, que preferiu não se identificar. O esquema não é novo e segue em plena execução. O reforço policial dentro dos terminais é fraco, principalmente após os espaços estarem sob administração privada.

A Secretaria de Segurança Pública do Maranhão (SSP-MA) informou, em nota, que apesar dos terminais serem instalações da



Furtos acontecem mais no momento da entrada nos coletivos

pasta municipal e administrados por um consórcio privado, trabalhos preventivos e ostensivos são feitos, como abordagens e revistas aos possíveis suspeitos. A SSP ressalta, ainda, que os ter-

minais da Praia Grande, Distrito Industrial e São Cristóvão possuem base fixa da Polícia Militar que possibilita a troca de informações sobre os lugares vulneráveis aos atos ilícitos.

O Estado questionou a Prefeitura de São Luís a respeito das denúncias, mas até o fechamento dessa edição não houve resposta. O Estado também tentou contato com as empresas

Viação Primor e Consórcio Central, responsáveis pela administração dos Terminais da Cohama/Vinhais e Praia Grande, respectivamente, mas nenhuma resposta foi dada. ●

VEÍCULO					
O ESTADO DO MARANHÃO					
EDITORIA					
O País					
DATA	15 / 05 / 2019	PAG	11		

Lei garante mais proteção à mulher vítima de violência

As medidas que alteram a Lei Maria da Penha começaram a valer ontem (14); as alterações vão possibilitar mais rapidez nas decisões judiciais e policiais

BRASÍLIA

A Lei Maria da Penha prevê, a partir de agora, a aplicação de medidas protetivas de urgência a mulheres ou a seus dependentes ameaçados de violência doméstica ou familiar. O Diário Oficial da União publicou ontem (14), a lei sancionada pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, com as alterações que darão mais rapidez às decisões judiciais e policiais.

De acordo com a nova norma, quando constatada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física da mulher, ou de seus dependentes, o "agressor será imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência" com a vítima, medida que pode ser adotada pela autoridade judicial; pelo delegado de polícia; ou pelo policial, quando o município não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento da denúncia.

A lei prevê também que, quando a aplicação das medidas protetivas de urgência for decidida pelo policial, o juiz deve ser comunicado, no prazo máximo de 24 horas, para, em igual prazo, determinar sobre "a manutenção ou a revogação da medida aplicada, devendo dar ciência ao Ministério Público (MP) concomitan-



Agência Brasil

Lei prevê a aplicação de medidas protetivas de urgência a mulheres ou a seus dependentes ameaçados

temente". Antes das alterações, que passaram a valer a partir de ontem, o prazo era de 48 horas.

"A mulher que passa por situação de violência tem pressa. Especialmente nessas áreas em que não há comarca ela acaba desprotegida. Garante-se, assim, a medida protetiva e que o Judiciário analise a validade da medida em até 24 horas", disse a titular do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damara Alves, ao comentar a sanção da lei.

Assassinato

O Anuário da Segurança Pública de 2018 registrou aumento de 6,1% no

número de assassinato de mulheres e uma média de 606 casos por dia de violência doméstica, no Brasil, segundo informação divulgada pelo ministério.

A lei diz ainda que as medidas protetivas têm que ser registradas em banco de dados mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), garantido o acesso do MP, da Defensoria Pública e dos órgãos de segurança pública e de assistência social, com vistas à fiscalização e à efetividade das medidas de proteção. No caso de prisão do agressor e, em havendo risco à integridade física da vítima ou à efe-

tividade da medida protetiva de urgência, não será concedida liberdade provisória ao preso. ●

NA WEB

Lei vai facilitar o cancelamento de assinatura de TV paga
oestadoma.com/465878

Hapvida deverá se tornar a maior operadora do Brasil
oestadoma.com/465864

POLÍCIA



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
O ESTADO DO MARANHÃO			
EDITORIA			
Polícia			
DATA	15 / 05 / 2019	PAG	10

Polícia na busca de acusado da morte de professora na UFMA

Corpo da vítima foi achado semidespido no Campus da UFMA, com sinais de violência na cabeça; este ano, 17 crimes de feminicídio já ocorreram no MA

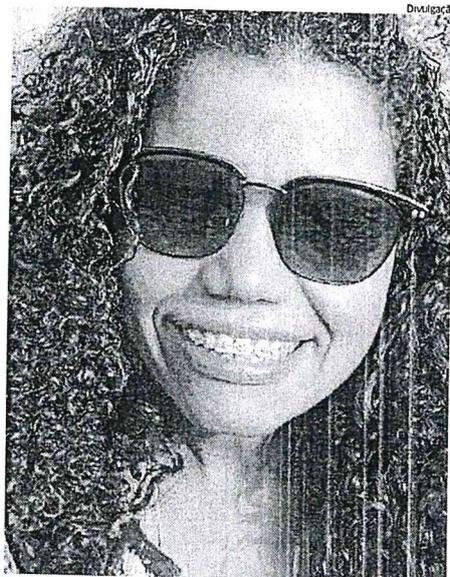
ISMAELARAÍJO
Da editoria de Polícia

Até o fim da tarde de ontem, a polícia não tinha pistas do autor da morte da professora da rede estadual e municipal no município de Alcântara Rosiane Costa, de 45 anos. O crime está sendo investigado como feminicídio. Ainda ontem, quatro pessoas foram ouvidas na Superintendência de Homicídio e Proteção a Pessoas (SHIP), na Beira-Mar.

O corpo da professora foi encontrado na segunda-feira, 13, no campus da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), no Bacanga. Somente este ano, 17 casos de feminicídio já ocorreram no estado e entre essas ocorrências, quatro na Grande Ilha.

"Devido à forma como o corpo foi encontrado, leva a caracterizar mais um caso de feminicídio. A vítima estava semidespida e havia marcas de violência no olho e na boca", disse a delegada Viviane Fontenele. Ela informou, também, que a polícia está no aguardo de exames periciais para identificar a dinâmica do crime.

A delegada explicou que há possibilidade de a vítima ter chegado ao campus da UFMA ainda com vida. Ela teria sido espancada e morta possivelmente por esganadura dentro de um veículo ainda não identificado. O criminoso teria jogado o corpo da professora nas proximidades do prédio da TV UFMA. "Há possibilidade de a vítima ter entrado no campus com vida. Até o momento, não existem indícios de estupro", explicou Viviane Fontenele.



Professora Rosiane Costa, cujo corpo foi achado no Campus da UFMA

Objetivos

A delegada informou que ainda ontem começaram as oitivas na SHIP. Seis pessoas já foram ouvidas, entre elas duas irmãs, uma sobrinha e o ex-namorado da vítima, que não teve o seu nome revelado. Ainda ontem, os peritos do Instituto de Criminalística (Icrim), acompanhados da equipe da SHIP, realizaram uma perícia no apartamento da professora, no São Cristóvão.

Segundo Viviane Fontenele, esse trabalho pericial tem como objetivo

encontrar algum vestígio que tenha ligação com o assassinato. A polícia também está analisando as imagens do circuito de câmeras da UFMA para identificar o veículo do suspeito.

O corpo de Rosiane Costa foi autopsiado no Instituto Médico Legal (IML), no Bacanga, e ontem liberado para os familiares. O velório e o sepultamento vão ocorrer na cidade de Alcântara. "Vamos analisar os laudos do IML e do Icrim, pois serão de suma importância para a elucidação do crime", afir-

SAIBA MAIS

STJ solta autor de feminicídio no PI

A Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) concedeu habeas corpus ao ex-tenente do Exército, José Ricardo da Silva Neto, acusado de assassinar a namorada, a maranhense Iarla Lima Barbosa, e de ter baleado a ex-cunhada Ilana Lima. O crime ocorreu no dia 19 de junho de 2017, após o grupo de deixar um bar, na zona Leste de Teresina.

A defesa do ex-militar alegou que não foram apontados elementos concretos pela Justiça do Piauí para justificar a prisão do seu cliente, que cumpria medidas cautelares. A decisão judicial foi unânime. Votaram com o ministro Riberlan Dantas, relator do processo, os ministros Joel Ilan Paciornik, Felix Fischer e Reynaldo Soares da Fonseca. Só o ministro Jorge Mussi não estava presente. A advogada da maranhense informou que não vai recorrer da decisão e aguardará o julgamento do réu.

inou a delegada.

Outro caso

Ainda ontem, o corpo de Abraão Dias Moraes, de 44 anos, foi encontrado na Rua 4 do bairro Cidade Olímpica e levado para o Instituto Médico Legal (IML), no Bacanga. A causa da morte não foi revelada pela polícia, e a SHIP está investigando o caso. ●



Ilderlan Costa, Eric César e Luís Fernando foram presos após assalto

Trio que assaltou e feriu motorista de aplicativo é preso

Vítima foi atingida com tiro no peito após um assalto, no bairro Santa Clara, por três bandidos

A polícia encaminhou ontem, ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas, Ilderlan Costa dos Santos, Eric César dos Santos Barros e Luís Fernando Matos dos Santos Filho. De acordo com a polícia, eles foram presos após assaltarem e balearem o motorista de aplicativo Wilson Carvalho dos Santos, na noite de segunda-feira, no bairro Santa Clara.

Ainda segundo a polícia, o motorista teve dinheiro e objetos de valor roubados e foi baleado pelos criminosos. Ele foi levado para o Hospital Municipal Socorrão II, onde passou por tratamento cirúrgico.

Os policiais militares foram acionados e conseguiram prender primeiramente Ilderlan Costa, em sua residência no mesmo bairro. Com o bandido a polícia apreendeu uma escopeta calibre 12. As diligências continuaram e os outros envolvidos foram presos e apresentados no plantão de

Polícia Civil, na Cidade Operária. Eles disseram que a vítima reagiu ao assalto e que o tiro foi acidental.

Outra ocorrência

Na noite do último dia 7, o motorista de aplicativo Diego Ribeiro da Silva, de 35 anos, foi baleado na frente da namorada, na Vila Cabral, área da zona rural da capital, e morreu antes de chegar a Socorrão II. A polícia informou que esse crime não tem ligação com a função que Diego exercia que teria sido praticado por um adolescente residente na localidade.

A polícia apurou que Diego Ribeiro quando residia na área de Pedrinhas, discutiu com um morador, criando assim, uma rixa entre eles. "Há grande possibilidade de o autor desse assassinato ter sido essa pessoa, que seria um menor de idade. O autor do crime ainda não foi identificado pela polícia. ●

Homem denuncia golpe aplicado por sua ex-namorada

Anderson Santos da Silva alegou que depositou dinheiro na conta da mulher, que fugiu com outro

O carioca Anderson Santos da Silva, de 41 anos, procurou, ontem, a redação de O Estado para denunciar um golpe do qual foi vítima, no valor de R\$ 8 mil, aplicado pela maranhense Maria Madalena Ferreira Marques, de 38 anos.

Ele declarou que reside no momento em Sergipe e conheceu a suspeita por meio da rede social. Eles chegaram a namorar por mais de um ano, inclusive, moraram no Rio de Janeiro. Neste intervalo, ele chegou a fazer vários depósitos em dinheiro na conta da suspeita com o objetivo

de reformar uma residência, localizada na Vila Maranhão, em São Luís, onde pretendiam morar. Alguns dos depósitos foram de R\$ 500,00.

Ainda de acordo com Anderson Marques, quando chegou ao Maranhão, no último dia 11, e se deslocou até a casa, na Vila Maranhão, encontrou fechada. Vizinhos disseram que a proprietária do imóvel havia fugido com um homem, que se autodenomina integrante de uma facção criminosa. ●

Integra em estadoma.com/465887

Preso envolvido em roubo de veículos na Grande Ilha

Alessandro de Sousa, o Galego, faz parte do bando preso na semana passada pela Operação Depatri

O criminoso Alessandro de Souza Sathor, o Galego, de 43 anos, foi preso ontem, em continuidade à Operação Depatri. O cerco policial, reali-

zado pela Polícia Civil, conseguiu prender até a última sexta-feira, 12, criminosos especializados em roubo a veículos e residências na Ilha.

A polícia informou que Galego é acusado de roubo de veículos, apontado como um dos responsáveis pelo desmanche dos carros. Ele foi ouvido ontem na Delegacia de Roubo e Furto de Veículos (DRFV), na Vila Palmeira, e logo depois foi encaminhado ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

Os primeiros a serem presos foram Érika Regina Silva do Vale, Viris Douglas Nunes, Caio Kassius, Cláudio Marcelo, o Cabeludo; Wellington Luiz, o Barriga; Gutemberg Mendes, o Guio; Rodrigo Ferreira

Brandão, Emerson Costa Pereira, o Nikto; Douglas Lindoso Andrade, o Gigante; Wellington Costa Silva, o Moca; Juliana Marques Cordeiro e Alexandre Torres Rodrigues.

Ainda ontem, no Distrito Federal, foi preso Olegário Carvalho Júnior, em cumprimento de uma ordem judicial do Maranhão. A polícia informou que o detido é suspeito de ter cometido um estupro na cidade de Cururuçu, em 2012. O criminoso ainda esta semana será transferido para São Luís. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
JORNAL PEQUENO					
EDITORIA					
Polícia					
DATA	15 / 05 / 2019	PAG	12		

Ex-tenente suspeito da morte de maranhense em Teresina é solto pelo STJ

NELSON MELO

Está solto, desde o fim de abril deste ano, o ex-tenente do Exército Brasileiro José Ricardo Silva Neto, que matou a tiros a maranhense Iarla Lima em Teresina, capital do Piauí, no dia 19 de junho de 2017. O suspeito foi colocado em liberdade provisória após decisão de quatro ministros do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), em Brasília, no Distrito Federal.

O ex-militar, que foi expulso das Forças Armadas em agosto de 2017, sendo que, na época, foi transferido do quartel do 2º Batalhão de Engenharia de Construção (2º BEC), para a Penitenciária Regional de Campo Maior, no Piauí. A decisão de sua liberdade provisória ocorreu no dia 23 de abril deste ano. A Quinta Turma do STJ votou por unanimidade pela soltura de José Ricardo.

O ministro relator Ribeiro Dantas argumentou que não foram apontados "elementos concretos, aptos a justificar a medida extrema imposta ao paciente". A advogada Karla Oliveira, que representa a família de Iarla Lima, falou que não pretende recorrer da decisão referente à soltura do ex-tenente, pois, caso isso acontecesse, o processo até o Tribunal do Júri seria mais demorado. Ricardo foi capturado no dia 19 de junho de 2017, no bairro Santa Isabel, zona leste de Teresina, logo após o caso, sendo que, além de matar a namorada, também feriu a irmã e uma amiga dela, dentro do carro do suspeito, depois que o grupo saiu de um bar. Em fevereiro de



FOTOS: DIVULGAÇÃO

O ex-tenente José Ricardo matou Iarla Lima a tiros, em Teresina, em junho de 2017

2018, José foi solto pela Justiça, em decisão da 1ª Vara do Tribunal do Júri de Teresina. Na época, o Poder Judiciário entendeu que o autor não cumpria os requisitos legais para continuar preso. Porém, em janeiro deste ano, nova prisão preventiva do ex-tenente foi decretada pelo Tribunal de Justiça do Piauí, por meio da 2ª Câmara Especializada Criminal, no dia 30. O desembargador Joaquim Santana ordenou que os oficiais de Justiça cumprissem o mandado no novo endereço de José, em Recife, capital de Pernambuco, onde estava morando após receber

habeas corpus.

O CRIME

Iarla Lima, que era natural de Eugênio Barros/MA, foi morta a tiros em 19 de junho de 2017, na saída de um bar. Ela teve uma discussão com o namorado, o então tenente do 2º BEC. O suspeito sacou uma arma de fogo e atirou na vítima, no interior do veículo, sendo que alvejou, também, a irmã e a amiga dela. O autor foi preso no mesmo dia, no apartamento onde morava, naquela cidade.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

JORNAL PEQUENO

EDITORIA

Polícia

DATA

15 / 05 / 2019

PAG

12

'Tribunal do crime'

Dois envolvidos no duplo homicídio na Pirâmide são autuados na SHPP

Foram autuados, na noite de segunda-feira (14), na Superintendência Estadual de Homicídios e Proteção à Pessoa (SHPP), Leandro do Nascimento, de 26 anos, o "Leandrinho"; e Juarez Silva, conhecido como "Homem", como suspeitos do duplo homicídio que ocorreu no dia anterior, na Vila Pirâmide, em Raposa. O primeiro, segundo a polícia, aparece nos vídeos gravados por membros da facção Bonde dos 40, quando as vítimas eram capturadas.

Os dois suspeitos foram presos por uma equipe do Grupo de Serviço Avançado (GSA) do Comando de Policiamento de Área Metropolitana 2 (Cpam), em incursões na região de Paço do Lumiar. Leandro do Nascimento, em seu depoimento prestado na SHPP, disse que apenas não atirou ou aplicou as pauladas nas vítimas, mas conduziu os dois homens até o local da execução.

O CASO

No fim da tarde de domingo (12), por volta das 17h30, Nathaniel de Sousa Barbosa, de 24 anos, e Evanderson Hollyfilder Pereira, 22, foram capturados por facionados na Vila Pirâmide, pois um deles foi reconhecido como sendo "alemão", ou seja,



Juarez Silva e Leandro do Nascimento foram presos e autuados por suspeita de participação em duplo assassinato

integrante da facção rival. Além de ambos, outro homem conseguiu fugir ao correr por ruas do bairro, durante a perseguição dos criminosos.

Após serem interrogados pelos facionados, os dois são executados já à noite, em um matagal do bairro. Eles levaram disparos de arma de fogo e diversas pauladas, além de golpes de faca. Toda a cena foi gravada pelos autores. As vítimas residiam

no Bairro de Fátima, em São Luís. Nos vídeos, os criminosos do Bonde falam que ambos são moradores do Bairro de Fátima, em São Luís. Uma das vítimas alega que não é "alemão" e que não sabia que o seu cunhado era integrante da outra facção. Mas os dois, já à noite, foram executados dentro de uma área de matagal com disparos de arma de fogo e pauladas.

(NELSON MELO)

Durante assalto Motorista de Uber é baleado no ombro e três suspeitos são presos

Em um caso ocorrido na noite de segunda-feira (13), por volta das 20h37, o motorista de Uber Wilson Carvalho dos Santos, de 41 anos, foi baleado no ombro, em um assalto registrado na região do bairro Santa Clara, em São Luís. A Ronda Ostensiva Tático Móvel (Rotam) capturou três suspeitos desse crime, ainda dentro do carro da vítima, um Ford Ka prata, de placa KOL-8799.

De acordo com informações da Rotam, a vítima, depois de abordada pelos assaltantes, levou o tiro no ombro, sendo que foi encaminhada ao Hospital Municipal Doutor Clementino Moura (Socorrão 2), onde se encontra sem risco de morte. Depois de rondas na região, a guarnição conseguiu localizar o veículo, ocupado pelos criminosos, na Avenida Santa Clara, naquele bairro.

Foram presos Hilderlan Costa dos Santos, de 20 anos; Erici Cesar dos Santos Barros, mesma idade, e Luis Fernando Matos dos Santos Filho, 19. Com eles, os militares apreenderam um revólver calibre 38 munição; três celulares e outros objetos, que foram apresentados no Plantão de Polícia Civil da Cidade Operária. (NM)

Capturado mais um suspeito por desmanche de veículos na Ilha

DIVULGAÇÃO/PC



Conforme as investigações, Alessandro de Souza é especialista em desmanche de veículos

Acompanhado de um advogado, Alessandro de Souza Sather, de 43 anos, mais conhecido como "Galego" ou "Gordo", se apresentou, nessa terça-feira (14), na Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos (DRFV). Em seu desfavor há um mandado de prisão preventiva decorrente de investigação da "Operação

Depatri". Ele é suspeito de desmanchar caminhonetes na região metropolitana de São Luís. Segundo informado pelo delegado Fernando Guedes, titular da DRFV, o investigado foi reconhecido como sendo membro da associação criminosa especializada no roubo e desmanche de caminhonetes do tipo Hilux. A "Operação Depatri" constatou que "Galego" era o responsável por deparar os veículos roubados.

A OPERAÇÃO

Na sexta-feira (10), a DRFV, em conjunto com a Delegacia de Roubos e Furtos (DRF), deflagrou a "Operação Depatri", dando cumprimento a 12 mandados de prisão preventiva contra envolvidos em crimes patrimoniais. Dentre os investigados, 7 têm relação com roubos de veículos na região metropolitana de São Luís. Os suspeitos foram apresentados na manhã do mesmo dia.

Como explicado na época pelo delegado Fernando Guedes, os sete investigados por roubos de veículos foram identificados como Wellington Luiz, o "Barriga"; Cláudio Marcelo, conhecido como "Cabeludo"; Gutemberg Mendes, o "Guto"; Wiris Douglas Nunes; Érika Regina Silva do Vale; Caio Kassius e Rodrigo Ferreira Brandão. Os três primeiros são suspeitos de assaltos a caminhonetes do tipo Hilux na Grande Ilha.

Os demais são Emerson Costa Pereira, o "Nikito"; Douglas Lindoso Andrade, o "Gigante"; Wellington Costa Silva, o "Moca"; Juliana Marques Cordeiro e Alexandre Torres Rodrigues. Esses últimos são investigados por roubos a residências na região metropolitana. Nessas ações, o grupo agia com bastante violência, sendo que, em alguns casos, chegaram a jogar álcool nas vítimas, ameaçando atear fogo. O delegado Fernando comentou que, no total, foram 12 mandados de prisão cumpridos e 8 de busca e apreensão. (NM)

FOTOS: DIVULGAÇÃO/PM



Trio teria assaltado e atirado em motorista de aplicativo, no Santa Clara